
MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO BANCO MUNDIAL E O COMBATE À POBREZA RURAL

Rodolfo de Souza Lima¹
rodolfo_souza13@hotmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho é um geógrafo sergipano, professor da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR), pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLASCO), Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT), da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). O autor do livro é um geógrafo comprometido com a luta pela reforma agrária e com os movimentos socioterritoriais camponeses.

Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural, é um livro publicado em 2013 pela editora Outras Expressões. O professor da Universidade Federal de Uberlândia de Minas Gerais, João Cleps Jr escreve o Prefácio da obra ressaltando as contribuições do livro.

Dividido em cinco capítulos, Prefácio, Introdução, Considerações Finais e Bibliografia, o livro em foco se preocupa com as condições materiais e imateriais da implementação das políticas agrárias neoliberais por que vêm atingindo diretamente os camponeses nos empreendimentos de crédito fundiário.

A contrarreforma agrária de mercado (CRAM), também chamada de contrarreforma agrária do Banco Mundial é uma política de compra de terras, por meio de empréstimos bancários aos setores pobres do campesinato que desejam ter acesso a terra. O autor defende que este mecanismo de (re)produção do campesinato é na realidade uma face da contrarreforma agrária baseada na lógica mercadológica. A compra à vista de fração do território do capital realiza a renda absoluta da terra, favorecendo a classe capitalista que

¹ Aluno do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente; membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período de 2013 a 2014.

poderá se reterritorializar em outro local e/ou setor produtivo. Nota-se que os latifundiários utilizam-se desta política para fugir de processos desapropriatórios, dívidas bancárias ou de leilões.

A retórica governamental e dos ruralistas visa criar um ambiente favorável para a ampliação das políticas, já que, segundo eles, se trata de um processo menos onerosos ao Estado, mais rápido e pacífico de reforma agrária. O autor contrapõe esta visão, demonstrando ao longo do livro que além de serem mais caras, uma vez que acompanham o preço do mercado, objetivam a subordinação do campesinato aprisionando-os a uma dívida. Ao mesmo tempo em que não criam mecanismos para a reprodução da família camponesa, devido à incompletude das políticas públicas, sendo comum, equívocos nos projetos e a falta de assistência técnica. Mesmo frente a isto, o autor demonstra que o campesinato cria formas de resistência para permanecer na terra. Reunindo-se em torno de um movimento socioterritorial camponês, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - SE (MST-SE), o Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado (Maram) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em foco no livro, os trabalhadores mutuários vão estar entre a subordinação e a resistência. E constroem alternativas que podem culminar na eliminação por dentro da política de Cram.

No primeiro capítulo, denominado *A influência do Banco Mundial na formulação das políticas de combate à pobreza rural e reforma agrária no Brasil*, Ramos Filho evidencia como o tema da reforma agrária foi sendo apropriado pelo Banco Mundial (BM) e como o organismo atua no sentido de influenciar os países subdesenvolvidos para a aplicação de suas diretrizes. Devido à intensificação das tensões sociais e às perversidades geradas pelo primeiro pacote de ajustes estruturais, o banco passou a reformular suas políticas no intuito de controlar os movimentos sociais e impulsionar o desenvolvimento econômico. Este novo pacote, baseia-se na redução do papel do Estado, na liberalização das terras, na difusão da titulação das terras. O papel central estaria na sacralidade propriedade privada e na igualdade jurídica, tratando os camponeses e os latifundiários de forma igual, com vistas a transformar a terra em mercadoria, controlar os conflitos sociais e eliminar a propriedade comunal da terra.

Em *O processo de (des)(re)territorialização do campesinato por meio das políticas de crédito fundiário*, título do segundo capítulo, o autor nos remete as discussões dos processos geográficos de (des)(re)territorialização do campesinato por meio das políticas de crédito fundiário. Com vistas a uma crítica a visão unidimensional desta dinâmica, reproduzida pelos intelectuais do BM e do governo brasileiro. Baseando-se em autores como Lefebvre,

Santos, Fernandes, Raffestin e Haesbaert, debate os conceitos de espaço e território. Em seguida explana seu entendimento sobre a territorialização-desterritorialização-reterritorialização, como um movimento dialético e indissociável. Isto leva Ramos Filho a discutir as formas de criação e recriação do campesinato, assim como a espacialização, que antecede a criação de um assentamento ou um empreendimento de crédito fundiário, e territorialização. Em sua tese, compreende que quando o campesinato, por meio da luta pela terra, tenta conquistar fração do território do capital. Eles são protagonistas da luta e dimensionam os espaços de socialização política, permitindo uma maior capacidade de organização política e de reivindicação quando conquistam o assentamento. Já na Cram, o capital é quem determina o tempo e o espaço do programa, dimensionando o espaço político-institucional e o espaço da subalternidade, objetivando deter o controle social do processo e aprisionando os mutuários a dívida.

Ainda no segundo capítulo, o autor faz um resgate histórico das políticas de crédito fundiário, sua estruturação e sua territorialização no país. Analisa os dados estatísticos que vão demonstrar que o governo vem priorizando a regularização fundiária, ao invés da desapropriação, não desconcentrando a terra. Os dados apresentados pelo autor demonstra que a Cram avança no país, caracterizado pela criação do Plano Nacional de Crédito Fundiário e pela criação de empreendimentos em todo país.

Discutindo *A tentativa de assepsia dos conceitos de questão agrária e de reforma agrária no Brasil*, no capítulo três, o geógrafo trás os conceitos de questão agrária e de reforma agrária, baseando-se em autores como Oliveira, Martins e García. Realiza uma crítica aos conceitos difundidos pelos intelectuais vinculados ao BM e ao capitalismo agrário, defendendo que estas concepções teóricas, influenciam as políticas públicas, aprofundando a contrarreforma agrária no país.

O capítulo quatro antecede uma discussão que será necessária para fundamentar o capítulo seguinte. Em *Os movimentos socioterritoriais: conceito, organização e programa de ação*, Ramos Filho discute o conceito em foco, trazendo-o para o campo da geografia, inspirando-se em Pedon. Em seguida nos conduz ao histórico e os programas de ação da Contag, do MST e do Maram.

Resistência e subordinação do campesinato na contrarreforma agrária de mercado: os casos da Fetase, do MST e do Maram, título do quinto capítulo, revela-nos os processos de subordinação e resistência do campesinato, nos empreendimentos de crédito fundiário nos estados de Sergipe e Minas Gerais nas organizações citadas. Este capítulo remete o leitor a ter uma visão ampliada sobre as condições de pobreza que estão submetidos os

camponeses nestes empreendimentos. São comuns casos de abandono, evasão, proletarianização, erros nos projetos, ausência do setor público, falta de assistência técnica, entre outras situações. Concomitantemente os camponeses demonstram uma extrema capacidade de resistência, lutando na terra para a reprodução da família.

Chegamos as *Considerações finais* e após fazer uma retomada das discussões apresentadas no livro, o autor propõe que é necessário que os movimentos socioterritoriais envolvidos com o crédito fundiário se unam e que ajudem a organizar as milhares de famílias mutuiárias que estão desarticuladas. Portanto, é necessário o Incra assuma a responsabilidade pela manutenção dos empreendimentos e que as dívidas sejam anistiadas pelo governo, que promova saúde, educação, cultura, assistência técnica, etc. são desafios para estas organizações que coletivamente podem pressionar o Estado e mudar a conjuntura atual e do nefasto avanço da Cram.

Trata-se de um livro fundamental para se compreender a territorialização das políticas agrárias neoliberais, assim como suas implicações para os camponeses aprisionados à dívida. Vamos observar a subjugação das famílias camponesas, a negação de seu modo de (re)produção baseado no trabalho familiar e na terra para o trabalho. A Cram ao mesmo tempo em que força os mutuiários a proletarianização, ao abandono dos empreendimentos, a subordinação ao capital financeiro, também favorece os latifundiários.

Além de entender esta política como uma face da contrarreforma agrária, a importância deste livro reside também em nos revelar os processos de resistência empreendida pelos camponeses organizados no MARAM e no MST-SE. A contestação ao programa por meio destes movimentos demonstra que após tantos anos de políticas fundiárias neoliberais no Brasil elas podem se extinguir, fazendo os empreendimentos serem incorporados ao Incra. Nesse sentido, o livro ressalta a importância dos camponeses mutuiários continuarem a luta. A luta de ir do território da dívida ao território da liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.